



ERRADICAR A POBREZA

Senador Wilder tem projeto para universalizar acesso à energia elétrica

PRESTÍGIO NACIONAL

Marconi lidera reunião de 17 governadores no STF sobre partilha de recursos



CERRADO



Goiânia, QUINTA-FEIRA, 10 de novembro de 2016

- www.wildermorais.com.br
- facebook.com/wildermorais
- instagram.com/wildermorais
- twitter.com/wildermorais

LIVROS DE PEDRO IVO

Animais do cerrado nas escolas



LITERATURA

Animais do cerrado nas páginas de livros infantis

JOÃO CARVALHO

Na época em que morava na cidade de Pedro Afonso, antes pertencente a Goiás, hoje ao Tocantins, Pedro Ivo Peres de Santana não precisava ir muito longe da sua casa para colher frutos do cerrado, ver pequenos mamíferos e apreciar o canto das aves típicas desse bioma.

Hoje, a realidade é outra. Em Pedro Afonso é difícil encontrar uma seriema, por exemplo. Para se deleitar com o sabor exótico de um araticum ou colher pequis para misturar no arroz com frango tem que andar muito. E os animais, tão comuns e presentes há cerca de 50 anos no cerrado, hoje são raros e difíceis de ser localizados.

Se em Pedro Afonso essa é a

realidade atual do cerrado, na Região Sudoeste de Goiás, somente em áreas de preservação é possível apreciar o que ainda restou dessa savana que abriga milhares de espécies de plantas nativas já catalogadas. As demais áreas e toda a explosiva beleza do bioma foram substituídas por plantações de soja, milho, cana-de-açúcar e outras commodities.

No lugar das árvores retorcidas e pequenas entraram milhares de hectares de cana-de-açúcar e soja. No lugar do canto de aves típicas da região, agora o som do motor das máquinas plantando ou colhendo. Os animais foram expulsos ou caçados e os que sobreviveram ficam em pequenas ilhas de preservação.

Com facilidade para escrever e experiência de colaborador de

vários veículos de comunicação impressos, Pedro Ivo resolveu denunciar a destruição do cerrado de uma maneira lúdica. Ele escreve livros infantis, com ilustrações de sua esposa Lourdes Pinheiro. "Esse trabalho nasceu voltado para a educação infantil. Se queremos mudar alguma coisa sobre essa situação que aí está, temos que mexer na cabeça das crianças", diz.

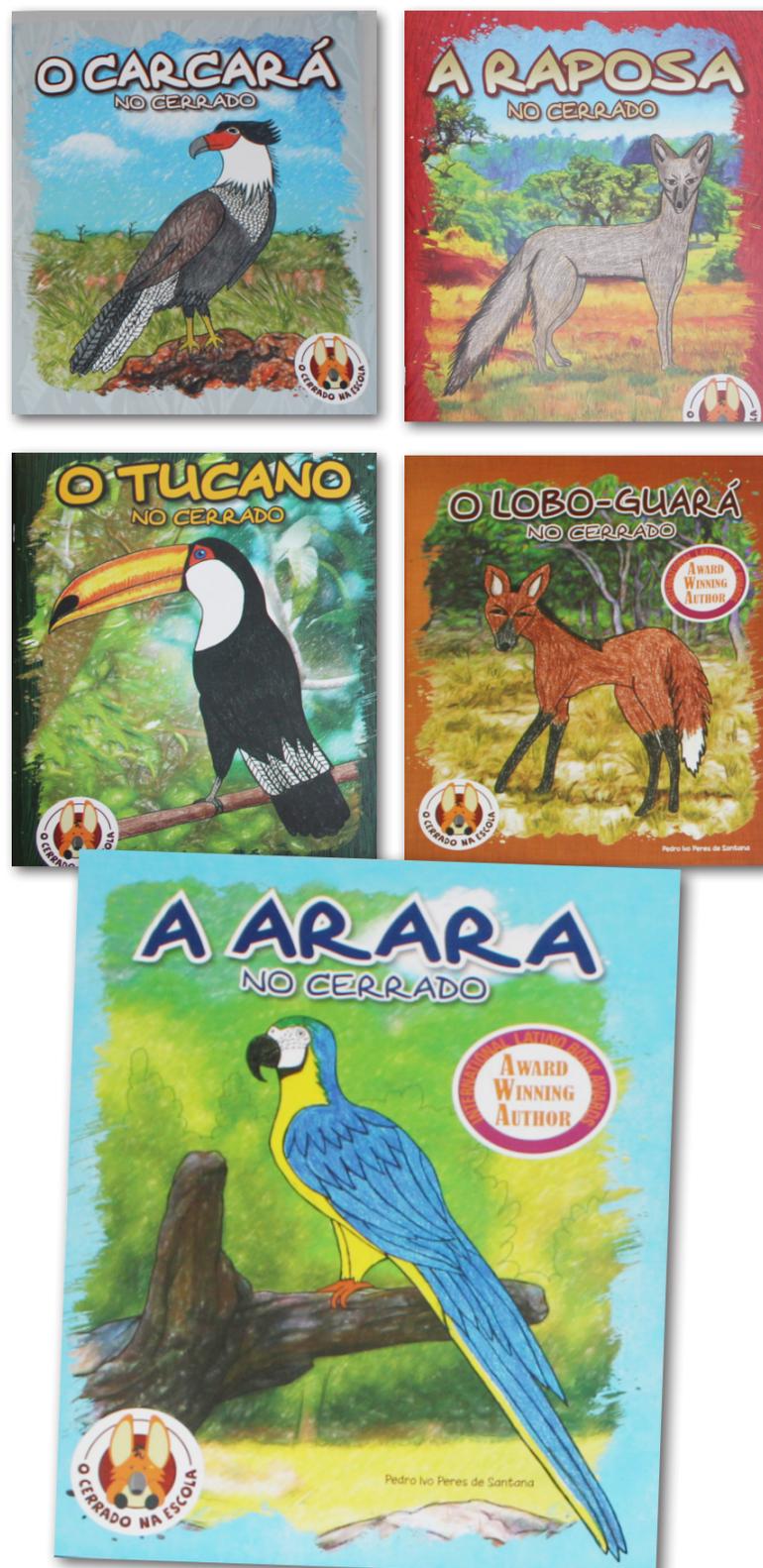
Na verdade, os seus livros fazem parte do projeto "O cerrado na escola", que nasceu de dois desejos do seu criador: estimular as crianças ao gosto pela leitura e levar para a sala de aula um pouco do conhecimento sobre o bioma. Em 2014 ele publicou o primeiro da série, sobre a seriema. Além dos desenhos típicos de livros para crianças, há ricas

informações sobre essa ave, como vivem, do que se alimentam, como dormem e os riscos que correm por viverem num habitat tão próximo de grandes plantações e de propriedades rurais. Os demais livros, dessa primeira série, sobre animais (aves e pequenos mamíferos), seguem a mesma linha, sempre com detalhes. Tudo para que a criança sinta, por meio do conhecimento, amor pela natureza. "As pessoas só preservam aquilo que amam; e ninguém pode amar o que não conhece", é o destaque de um dos livros.

Pedro Ivo tem o patrocínio da Agroquima para produzir os seus livros. Recentemente recebeu o aval da Diretoria de Ensino da Secretaria de Educação da Prefeitura de Goiânia para

aquisição dos seus livros. Consideraram "um material riquíssimo para literatura infantil", no entanto, sem recursos, a prefeitura não procedeu à aquisição das coleções. Enquanto aguarda uma sinalização da prefeitura, Pedro mandou seus livros para a *International Latino Book (ILBA)*, em Los Angeles (EUA), que no decorrer dos últimos 18 anos, premiou mais de 2 mil autores e editores por seus livros infantis, juvenis, de não-ficção, ficção, design, traduções, ebooks, melhores livros de estrea em inglês, espanhol, português e em formato bilíngue. Pedro está entre os premiados e duas das suas obras têm o selo da ILBA, que é o reconhecimento pela seriedade de propósito do seu trabalho.

Ideia de Pedro Ivo nasceu de dois desejos: estimular as crianças ao gosto pela leitura e levar para a sala de aula um pouco do conhecimento sobre o cerrado



JOÃO CARVALHO

REDUZIR DESIGUALDADES

Projeto do senador Wilder busca universalizar acesso à energia elétrica

WELLITON CARLOS

Uma Operação da Polícia Civil do Paraná finalizada na última semana afirma que lideranças do Movimento Sem Terra (MST) cobravam taxas de água e luz dos demais integrantes. A investigação considera a atuação do grupo como criminosa e o enquadrando também por outros delitos como invasão, cárcere privado, lesão corporal e posse ilegal de armas.

A investigação dos suspeitos começou quando foi denunciado o esquema de cobrança para que os trabalhadores tenham acesso a energia elétrica e água. Existem denúncias de que o movimento impediria os integrantes de saírem dos acampamentos e uso ilegal de armas. Em nota, o MST nega os crimes e alega perseguição policial a integrantes do segmento. A grande questão, todavia, é o fato de que a oferta de energia elétrica nas ocupações tem se tornado um ilícito comum e pouco combatido.

Autor de projeto que regulamenta esta questão, o senador Wilder Morais discorda da universalização dos serviços públicos e da concessão de energia elétrica em situações indevidas.

Um dos problemas identificados pelo parlamentar é a própria ação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). De acordo com o senador, a universalização é uma meta comum a diversas políticas públicas, necessária para se alcançar o objetivo maior de "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

Mas a Aneel acredita o senador goiano, ao atender qualquer pedido, com certeza, cria a possibilidade de vários riscos – principalmente ambientais.

"A pretexto de universalizar o acesso à energia elétrica, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por meio da Resolução nº 233, de 2003, obriga as concessionárias de distribuição a atender a qualquer pedido de ligação, independente da regularidade

fundiária, ambiental ou urbanística da ocupação".

Conforme a investigação da Polícia Civil do Paraná, os autores das ilegalidades não são os subordinados do MST, mas líderes que conseguem obter as ligações e cobram por isso. Ou seja, fazem uso da legalidade para poder explorar os demais integrantes do movimento.

"Além de expor a sociedade a esses riscos, os assentamentos irregulares também sujeitam a população neles residente a condições de vida degradantes", diz Wilder, que afirma desconhecer a situação jurídica dos acampamentos do MST no Paraná denunciados pela polícia.

Para o parlamentar, de nada adianta "jogar" as pessoas de qualquer jeito em áreas notadamente impedidas para ocupação sem devido tratamento ou atenção do poder público.

Wilder afirma que a ausência de serviços essenciais, como saneamento básico, iluminação, segurança pública, Saúde e Educação não garante o exercício da cidadania. "A expansão de assentamentos informais inviabiliza, ainda, a almejada universalização dos serviços públicos, inclusive da própria energia elétrica. Agora, para piorar, temos essas denúncias de que alguém está lucrando com a necessidade de energia".

Para o senador, além do problema social e criminal que se institui, um dos mais graves diz respeito a ocupação de várzeas de rios e terrenos contaminados ou instáveis, classificados pela legislação ambiental como Áreas de Preservação Permanente (APP). Wilder esclarece que não é contra a regularização de assentamentos: "A lei apenas exige que ações nesse sentido façam parte de uma política pública integrada e planejada, de que o fornecimento de energia elétrica seja um componente, ao lado do saneamento básico e de diversas outras ações de natureza social, urbanística e ambiental", diz o senador Wilder.



Wilder diz que universalização vai erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades

O que deseja Wilder com o projeto de lei

ANUÊNCIA DA PREFEITURA

Estabelecer como princípio da regularização fundiária a coordenação entre essa política e a de distribuição de energia elétrica, de modo a coibir a formação de novos assentamentos irregulares; para restringir a implantação de infraestrutura aos assentamentos dotados de projeto de regularização. A proposta de Wilder inclui ainda exigir a anuência do município como condição para o fornecimento de energia elétrica

IMPROBIDADE

Vai introduzir como diretriz de política urbana a observância da ordem urbanística na implantação de infraestrutura básica e na prestação de serviços públicos; e para qualificar como improbidade administrativa o fornecimento de energia elétrica a assentamento irregular para o qual não haja projeto de regularização fundiária aprovado.

LOTEAMENTO CLANDESTINO

Wilder Morais quer a conclusão das obras de urbanização como o momento a partir

do qual pode haver fornecimento de energia elétrica em baixa tensão. Caberá a lei de parcelamento tratar disso. Em caso de descumprimento, tratar os dirigentes de empresas concessionárias de serviços públicos entre os possíveis coautores do crime de loteamento clandestino.

ANEEL

Através de norma exigir a observância da legislação ambiental e urbanística na fixação das metas de universalização de energia elétrica.

MULTAS DA REPATRIAÇÃO

Marconi lidera reunião de governadores no STF

O governador Marconi Perillo liderou, nesta terça-feira, 8, reunião de 17 governadores do Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Nordeste que foram ao Supremo Tribunal Federal (STF) propor a unificação dos relatores das 20 ações impetradas pelos Estados, que reivindicam participação nas multas aplicadas pela União advindas da repatriação de ativos financeiros não declarados no exterior.

Na audiência com a presidente do STF, ministra Carmen Lúcia, Marconi defendeu a partilha dos recursos gerados pelas multas para os Estados e observou que, na modelagem atual, a união promoveu um "confisco" dos direitos tributários dos estados. "Eu disse claramente à ministra que foi confisco", repetiu Marconi em entrevista coletiva à imprensa, antes de ser recebido em audiência, junto com os

demais governadores, pelo ministro Luis Roberto Barroso.

A ministra adiantou que vai levar as ponderações dos governadores ao conhecimento dos demais ministros. Na prática, eles querem que as 20 ações sejam avocadas por um único relator, porque tratam do mesmo assunto: o rateio dos recursos gerados pelas multas.

O ministro Barroso é relator da principal ação, protocolada conjuntamente

por 12 estados. As demais foram distribuídas a relatores distintos. Por isso, como forma de dar celeridade à manifestação final do STF, os governadores pleiteiam a concentração dos pedidos em apenas um relator. "É preciso aguardar qual vai ser o posicionamento da ministra, mas entendo que o mais importante é não haver decisões divergentes no âmbito do STF", disse Luis Roberto Barroso aos governadores.

SENADOR WILDER NA MÍDIA

GOIÂNIA, quarta-feira, 9 de novembro de 2016 O POPULAR / 7

GIRO



Jarbas Rodrigues Jr.

jarbas.rodrigues@opopular.com.br

Chapa PSDB-PP

No jantar palaciano de segunda-feira para prefeitos eleitos e reeleitos do PSDB e PP, o senador pepista Wilder Moraes não perdeu a oportunidade: defendeu o tucano José Eliton para governador em 2018 e Marconi Perillo para presidente da República.

Concluir as obras

O senador Wilder Moraes (PP), dono do Grupo Orca, deve ser confirmado na próxima semana relator da Comissão Especial de Obras Inacabadas, presidida pelo colega Ataídes Oliveira (PSDB-TO), também empresário no ramo da construção. O presidente Michel Temer anunciou nesta semana que quer retomar em breve 1,6 mil obras federais, no total de R\$ 2,7 bilhões.

Diário do Norte

CIDADES

DE 7 A 13 DE NOVEMBRO DE 2016 7

PROJETO DO SENADOR WILDER MORAIS

Policiais podem receber armas apreendidas

Uma polêmica envolve as armas apreendidas no Brasil: em vez delas serem repassadas para as forças policiais dos Estados, acabam destruídas pelas Forças Armadas Brasileiras (FAB). O motivo é a legislação, que dá esta alternativa para o Estado.



Wilder diz que é absurdo destruir armas que podem ser utilizadas

A cólera social contra as armas tem um motivo: elas são as motivadoras das altas taxas de homicídio no Brasil. Armas de fogo, portanto, são os instrumentos utilizados na epidemia de assassinatos que coloca o Brasil como um dos países mais letais do mundo.

Diante deste dilema, o Estado brasileiro opta em destruir o armamento. Dados do Governo Federal informam que foram destruídas 3,1 milhão de armas em 15 anos. As armas são encaminhadas ao Exército após investigação sobre seu uso. A maioria delas chega por meio de encaminhamentos dos fóruns do país. A destruição das armas só ocorre após o fim das investigações e julgamento referente ao crime.

INSPEÇÃO

Entre 1997 e 2012, diz o Governo Federal, o Exército incinerou pistolas, revólveres, fuzis e espingardas. Ao chegar no Exército, a arma é inspecionada. Ato contínuo, o órgão que entregou o equipamento é contemplado com um Recibo de Entrega. Em seguida, ocorre a inutilização prévia da arma por meio do prensamento. Logo depois, ocorre a queima dos componentes plásticos, de madei-

ra e polímeros.

Após ser incinerada, a arma se transforma em liga metálica. Indústrias brasileiras reaproveitam o material na produção de arame, tubulação e outros materiais de construção de estrutura metálica.

O senador Wilder Moraes diz que o mais correto é entregar as armas de qualidade para as forças policiais dos estados, que sofrem com a falta de armamento.

A Lei 11.706/08 diz que ao receber as armas, o Comando do Exército tem autorização para doar o material para as próprias Forças Armadas ou órgãos de segurança pública. Todavia, a doação é ínfima se comparada com o material destruído, conforme os números aqui divulgados.

O senador Wilder Moraes diz que é uma incoerência destruir os equipamentos. "É um contrassenso,

um absurdo destruir armas apreendidas enquanto faltam armas para os policiais", avalia o parlamentar.

Wilder propõe modificar o artigo 25 da Lei nº 10.826/03. No caput, por exemplo, seria indicado que "as armas de fogo apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para doação às Forças Armadas e aos órgãos de segurança pública da União e dos Estados".

A proposta de Wilder é mais específica do que a atual legislação. Para ele, metade das armas devem ser repassadas aos policiais. "Do total de armas de fogo apreendidas em cada Estado, e que estejam aptas para a doação, será reservado 50% (cinquenta por cento) para as polícias civis e militares do respectivo Estado onde a arma foi apreendida, obedecido o padrão da arma de fogo e do órgão de segurança pública receptor do armamento", dia o projeto de lei.

MUSEU

Wilder diz ainda que as armas de fogo de valor "histórico, obsoletas ou inservíveis poderão ser doadas para museus das Forças Armadas ou dos órgãos de segurança pública da União e dos Estados".

Conforme a proposta de Wilder, somente após constatada que a arma é inservível para que elas sejam destruídas sob a supervisão do Comando do Exército.

Diário da Manhã

GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2016

3

MÍDIA

Temer permite migração de 240 emissoras de rádio AM para a banda FM

Governador Marconi Perillo e senador Wilder Moraes participaram da cerimônia que atenderá também emissoras goianas

Redação, com Agência Brasil
Durante evento ocorrido ontem no Palácio do Planalto, em que assinou aditivo autorizando a migração de 240 rádios AM para FM, o presidente da República, Michel Temer cumprimentou várias autoridades presentes. Entre as mencionadas estavam o governador Marconi Perillo e o senador Wilder Moraes (PP-GO).

Para Wilder, o presidente fez muito bem ao atender a essa reivindicação antiga dos setores ligados ao segmento, que, segundo ele, "promove a geração de empregos diretos e indiretos a mais de 750 mil pessoas". O senador também destaca que "isso representará um serviço de radiodifusão com mais qualidade oferecido a aproximadamente 25 milhões de ouvintes". Com o respectivo decreto presidencial, das 1.7781 estações AM no Brasil, 1.386 delas passam a FM, o que equivale a 77% que trabalham nessa frequência. O próximo passo agora cabe às emissoras: que é apresentar um projeto técnico em conformidade com a frequência buscada como também solicitar permissão de uso junto à Anatel (projeto técnico de instalação das novas frequências e solicitar à Agência Nacional de Telecomunicações).

Ao resfimar posição favorável à liberdade de imprensa e sua relevância para a apresentação de contraditórios e contraposições, Temer disse que o que mais tem acontecido no país é o debate das formulações e das ideias. "Quando o governo faz ou vai fazer alguma coisa, logo em seguida podem-se ouvir objeções logo contra-objeções", afirmou. "Com este ato de



Marconi Perillo e senador Wilder Moraes prestigiam evento em que rádios AMs poderão tornar-se FM

hoje [assinatura do termo aditivo para a migração de rádios AM para a banda FM], os senhores vão [podem] se comunicar com o povo todo por rádio FM, e vão ajudar o Brasil a impedir que ele naufrague", disse.



6 Novembro, 2016 | Eleições, Entorno, Goiás, Governo, Notícias, Política | No comments

Lêda Borges é cotada para ser candidata a vice-governadora de Goiás, em 2018



Facebook 2, Twitter 0, Google+ 0

Neste domingo (06), o Jornal Opção em sua edição de nº 2157, apresentou matéria onde o deputado federal Célio Silveira (PSDB-GO) apontou sua colega tucana Lêda Borges como possível candidata a vice-governadora de Goiás na chapa de José Eliton (PSDB-GO), em 2018.

"Lêda Borges é uma grande e admirável liderança, tanto que contribuiu, de maneira decisiva, para a eleição de Pábio Mossoró para prefeito de Valparaíso", disse o deputado federal.

Segundo Célio, o Entorno do Distrito Federal tem nomes qualificados e que deverão reivindicar uma vice-candidatura ao majoritário do Estado. "Cito dois nomes, o meu e o da secretária Lêda Borges, mas poderia citar vários outros", respondeu ao Jornal Opção.

O ex-prefeito de Luziânia (GO) acredita que a região ajudou a decidir as últimas cinco eleições estaduais, tendo favorecido à base política liderada pelo governador Marconi Perillo (PSDB-GO), influenciando diretamente em campanhas que elegeram deputados estaduais, deputados federais e senadores.

Para ser vice de Eliton, a deputada estadual licenciada e titular da Secretaria Cidadã, provavelmente, terá que migrar para outro partido e opções não faltam. O bom relacionamento político com o senador Wilder Moraes (PP-GO) e Vilmar Rocha (PSD-GO), titular da SECIMA, facilitariam a abertura de portas e a chegada da ex-prefeita de Valparaíso aos seus partidos.

Ao jornal da capital Célio Silveira afirmou que no momento o nome colocado para disputa do governo de Goiás é o de José Eliton. No entanto, o tucanato sabe que para ganhar a eleição será preciso trabalhar muito e contar com o apoio de grandes lideranças do Entorno de Brasília.

Em julho deste ano, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, deputado estadual Helio de Sousa (PSDB-GO), ao conversar com a nossa reportagem, garantiu que Lêda realmente é cotada para ser candidata a vice-governadora e destacou toda a importância da tucana para o Entorno do DF.

"A política goiana acompanha a deservolva da secretária cidadã. A nossa deputada estadual que tem em Valparaíso a sua principal base como um dos destaques do Estado. Nós sabemos que provavelmente, nas pré-candidaturas para a vice-governadoria, existe esta pretensão que tenhamos um representante ou uma representante do Entorno de Brasília. E ela tem sido um dos nomes lembrados", declarou Helio de Sousa, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

Por Marcelo Carlos